

A verdade existe



Mal se soube que Manuel Maria Carrilho escrevera um livro sobre a sua recente campanha eleitoral para a Câmara de Lisboa, começaram a surgir em tropel os juízos de valor prévios e sumários — vulgo, preconceitos. Entre as classificações apriorísticas que escutei, aultavam as seguintes: obra de «resentimento» — «que coisa, que coisa!» —, fruto frio de « vaidade e arrogância» — «uma chatice, uma chatice...» — «lavagem de roupa suja» — «que coisa, que coisa!» Que esses pré-conceitos — porque anteriores à leitura efectiva do livro — partissem de pessoas que até se afirmam simpatizantes de Carrilho, eis algo que explica muito do atávico atraso português; a nossa é uma cultura de murmúrios e maledicências esconsas, que se compraz na repetição do boato, sem alento para os rigores da investigação. Uma cultura que não tem vergonha de dar ouvidos, boca e imaginação a intrigas nebulosas, mas se envergonha do confronto. Uma cultura do nim e do pois é, de águas turvas e de vítimas cómodas, que no silêncio se tornam cúmplices dos seus verdugos. De repente percebi porque é que há cada vez mais gente a suspirar de saudade do tempo em que a Censura Prévia se exercia cruamente, a lápis azul: então, pelo menos, o mal estava circunscrito e claro. Devo esclarecer que esse «pelo menos» com que se desvaloriza o horror das ditaduras em nada me comove, antes pelo contrário: prefiro, em todas as circunstâncias, o lixo avulso das democracias ao silêncio amedrontado das ditaduras. Seria esteticamente mais interessante — e menos cansativo — que as democracias não produzissem tanta roupa suja que é, de facto, necessário lavar, por questões de transparência e de autenticidade, valores sem os quais não se pode falar em Estado Democrático.

Nunca escondi o meu apoio ao projecto de Manuel Maria Carrilho para Lisboa, que me parecia o melhor, porque era um projecto integrado que resultava de um amplo e pormenorizado debate sobre a cidade. Recordo que, paradoxalmente, ao mesmo tempo que se criticava a «arrogância» de Carrilho, criticava-se-lhe também a demora na apresentação do seu projecto final, «demora» essa devida às sucessivas

jouradas (sobre escola, urbanismo, solidariedade, cultura e património, mobilidade, competitividade, participação e cidadania) que o candidato organizou para ouvir especialistas das mais diversas áreas, de modo a construir um plano de acção estruturado e participado. Mas, tivesse outro qualquer candidato sido o objecto da brutal campanha de ataque mediático de que foi alvo Manuel Maria Carrilho, e, em consequência, decidido publicar um livro sobre esse enquadramento «alucinatorio» (na expressão exacta de Carrilho), que o meu aplauso seria absolutamente idêntico. Aplaudiria da mesma forma Garcia Pereira, caso este ex-candidato à Presidência da República (que, como penso que o leitor recordará, não foi o meu) decidisse escrever sobre o tratamento de clara e ilegal discriminação a que foi votado nas últimas presidenciais.

O livro de Carrilho, intitulado «Sob o Signo da Verdade», e dedicado aos filhos — aos três filhos — é sem dúvida contundente. A epígrafe inicial, de Georges Braque, define-lhe o tom e o objectivo: «La vérité existe, on n'invente que le mensonge». Agora que tantos desvalidos se queixam da falta de valores, a verdade, oxigénio dos espíritos livres, forma a atmosfera ideal para os encontrar. Carrilho diz isso mesmo aos filhos, no início do livro: «O tempo da verdade chega sempre, pelo que a honra, que é um sentimento muito exigente, tem que ser paciente, o que nem sempre é fácil.» Aplicando ao jornalismo a lei de Gresham, que explica que «a má moeda tende a expulsar do mercado a boa moeda», o autor afirma: «A conjugação dos factores de mercantilização e de proletarização da classe jornalística leva a que se recompense melhor e se premeie mais quem menos se dedica à análise cuidadosa, à investigação esclarecedora e à verdade das no-

tícias, entregando-se, pelo contrário, à crítica gratuita, ao rumor que vende e ao título de impacto. Ora, tudo isto empobrece a democracia, isto é, os parâmetros, quer das exigências em relação à informação, quer da qualidade, variedade e intensidade dos debates, quer das expectativas dos cidadãos.» Depois do historial minucioso da campanha, com todos os bastidores e antecedentes — desde a calúnia de casa de banho do Palácio da Ajuda às pressões de uma agência de comunicação que lhe garantia que «tudo se compra», das goradas negociações para uma coligação de Esquerda às expectativas frustradas do arquitecto Manuel Salgado —, Carrilho faz um epílogo de autocrítica, em 12 pontos: seis «factores» que subavaliou e seis «erros principais» que terá cometido. Entre os factores subavaliados contam-se os preconceitos contra si (por diversas razões, «da discordância à inveja»), o poder das agências de comunicação e «o impacto negativo que tiveram as medidas anunciadas pelo governo para combater o défice». Quanto aos erros, entre outros, destaca a sua falta de persistência numa coligação de Esquerda (que, ao que conta, foi inviabilizada pelo PCP, que pretendia a total marginalização do Bloco de Esquerda) e o facto de ter declarado categoricamente que inverteria as percentagens de construção nova e de reabilitação urbana (75% e 25%, respectivamente) —, erro que considera grave porque o lóbi da construção é, como aliás salta à vista, poderosíssimo.

talvez as qualidades de Carrilho, que tem o hábito de dizer o que pensa e de fazer o que diz, não sejam, como ele próprio confessa, «as mais requeridas, e sobretudo as mais eficazes, para a vida política». António Guterres bem o avisou: «Quando, em certas crises políticas em que eu teimava em dar a cara e em bater-me pelas minhas convicções, ele me dizia, com indiscutível perspicácia: 'Faça-se de vítima, queixe-se, isso rende muito mais do que estar para aí com explicações!'»

Mas Manuel Maria Carrilho nunca será uma vítima. É isso que, afinal de contas, o País não lhe perdoa. [5]

Mas Manuel Maria Carrilho nunca será uma vítima. É isso que, afinal de contas, o País não lhe perdoa. [5]